

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 1º SEMESTRE DE 2017

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, em observância aos preceitos legais e estatutários, através de sua Diretoria Executiva, submete à apreciação de vossas Senhorias o seu Relatório da Administração, acompanhado das Demonstrações Contábeis, relativas ao semestre findo em 30 de Junho de 2017.

### 1. A INSTITUIÇÃO

A Agência de Fomento é uma instituição financeira não bancária, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital fechado, que atua sob a supervisão do Banco Central do Brasil e rege-se por seu Estatuto Social, Lei das Sociedades Anônimas e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. Foi criada em 2002 pela Lei Estadual nº. 1.298 e tem como acionista majoritário o Estado do Tocantins.

### 2. DESEMPENHO OPERACIONAL

#### 2.1 - Prospecção e Oportunidades de Negócios

No primeiro semestre de 2017 a prospecção esteve trabalhando na realização de palestras, participando de Fóruns de Desenvolvimento Econômico Regional, visitando empreendedores e oferecendo linhas de crédito de acordo com o perfil de cada empreendimento. Observou-se, uma leve retomada do crescimento econômico, no que se refere as empresas que buscam crédito no mercado financeiro para capital de giro e investimento fixo.

Foram realizados 715 atendimentos entre palestras e visitas a empreendimentos, nos municípios de Marianópolis do Tocantins, Paraíso do Tocantins, Cristalândia, Guaraí e Gurupi.

#### 2.2 – Operações de Crédito

No primeiro semestre de 2017 a Agência de Fomento liberou um total de R\$ 1.418.923,62 em operações de crédito, distribuídas 80,17% como capital de giro (empréstimo) e 19,83% como investimento fixo (financiamento). Do montante liberado 71,04% foi destinado para a linha de Comércio e Serviços, 12,65% para o Microcrédito e 16,31% para o Turismo, sendo registrada uma média de liberações de R\$ 50.675,84 por empreendedor.

#### 2.3 – Taxa de Juros, Prazo e Carência nas Operações de Crédito

A taxa média de juros ficou em 2,55% a.m. e prazo médio de amortização das operações em 32 meses. Do montante liberado, no período, R\$ 772.768,02 foi com carência, correspondendo a 54,46% e R\$ 646.155,60 liberado, sem carência, representando 45,54% do montante.

#### 2.4 – Rating das Operações de Crédito

Das operações de crédito com relação ao montante liberado, 2,96% estão classificadas no nível de risco inicial A, 56,43% estão concentradas no nível de risco B e 40,61% no risco C.

## 2.5 – Garantia das Operações de Crédito

Com relação ao tipo de garantia, 27,02% das operações estão concentradas em alienação fiduciária (considerando alienação fiduciária de imóveis e veículos), 12,67% garantidas pelo Fundo de Aval para as Micros e Pequenas Empresas – FAMPE, 3,03% em garantia fidejussória e 57,28% em Direitos Creditórios. Isso demonstra que 96,97% dos créditos liberados no primeiro semestre de 2017 foram lastreados por garantias de boa liquidez.

## 2.6 – Análise de Crédito

O primeiro semestre de 2017 ainda vivenciou os reflexos da grande crise econômica no Brasil. Neste sentido, embora tenha havido uma leve retomada do crescimento econômico, ainda, se faz necessário que a Agência de Fomento continue se posicionado com maior rigor nas análises de crédito.

## 3. GESTÃO DE CRÉDITO

No primeiro semestre de 2017 a carteira ativa (saldo de créditos a receber, excluindo os prejuízos) ficou em R\$ 9.350.150,23, o valor vem reduzindo devido à liquidação antecipada de créditos e a quitação normal de contratos.

A Despesa de Provisão para Operação de Créditos encerrou o período com R\$ 590.966,69, sendo a média de R\$ 98.494,44 mensal. O provisionamento vem reduzindo seu impacto nas contas de despesas, uma vez que o foco do setor de gestão é recuperar os créditos que tem seus *Rating's* agravados e, assim, com a devida atualização das parcelas em atraso o crédito retorna ao *Rating* inicial. A Reversão de Provisão das Operações de Crédito totalizou em R\$ 689.196,28, resultado positivo, fruto de recebimentos efetivos de créditos inadimplentes que estavam provisionados.

Os créditos renegociados ficaram em R\$ 54.614,42. As renegociações de créditos são realizadas a partir de uma análise conjunta entre o setor de Risco e Compliance, Gestão de Crédito e Diretoria, avaliando o impacto de sua efetivação na Carteira da Agência e, ainda, considerando sua real perspectiva de recebimento.

A Carteira de Créditos Baixados como prejuízo registrou um montante semestral de R\$ 299.049,82. Esses créditos são provenientes de cobranças infrutíferas, mas apesar de baixados, continuam em processo de cobrança e/ou ajuizamentos de ações.

Dos créditos que foram baixados como prejuízo foram recuperados R\$ 199.925,31, os quais são bastante significativos para a Instituição, por serem considerados como receita líquida no resultado geral do período. A carteira de Créditos Baixados como Prejuízo é uma carteira que apresenta dificuldade de recuperação, por se tratar de créditos inadimplentes há mais de 360 dias, o que conseqüentemente diminui as chances de recebimento da dívida.

O saldo das parcelas vencidas até 60 dias fechou em R\$ 541.358,92, vencidas até 90 dias R\$ 95.605,32, vencidas acima de 90 dias R\$ 305.428,03, parcelas vencidas R\$ 8.407.757,96. Baseado na resolução nº 2682 de 1999, do Banco Central, vigente, o parâmetro para mensuração da inadimplência total acima de 90 dias considera-se os saldos vencidos + vincendos, que neste trimestre somou um saldo de R\$ 9.350.150,23.

A Gestão de Crédito implementou, neste semestre, uma reformulação nos critérios de cobrança, os quais são realizado agora, a partir de 01 dia de atraso, uma vez que a tempestividade na prevenção da inadimplência continuada, auxilia a evitar prejuízos futuros.

#### **4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

As receitas do semestre totalizaram R\$ 2.464.372,54 e as despesas R\$ 3.672.548,45, o resultado líquido acumulado do primeiro semestre de 2017 foi um prejuízo de R\$ 1.208.175,91, sendo este, causado em grande parte, ainda, pelo impacto das Provisões para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa.

Cabe ressaltar que diante do quadro que ora se apresenta os Gestores da Instituição decidiram, para o próximo período, adotar as seguintes medidas:

- a) Redução no quadro de pessoal;
- b) Realocação de todos os setores no andar superior com vistas a reduzir o valor do aluguel;
- c) Redução das despesas com manutenção e limpeza, tendo em vista a redução na área utilizada;
- d) Redução no valor pago do Vale Alimentação dos colaboradores; e,
- e) Providenciar a realização de leilão dos bens móveis apreendidos em alienação fiduciária, os quais irão gerar mais receita.

Deve-se considerar ainda que a Agência de Fomento, atendendo sua missão como instituição financeira de desenvolvimento, opera com taxas de juros reduzidas, comparativamente ao mercado financeiro tradicional, o que resulta em baixo *spread* nas operações.

As Aplicações Financeiras do período seguiram a política de investimentos da Instituição, produzindo receitas no valor de R\$ 521.843,37. Ao final do semestre, o saldo das aplicações alcançou o valor de R\$ 9.770.221,22, estando R\$ 9.457.589,75 aplicados em Fundos de Investimento e R\$ 312.631,47 em Títulos de Renda Fixa (LFT).

Os Ativos da Agência de Fomento apresentaram um saldo de R\$ 23.029.768,61. Os seus principais componentes são as aplicações financeiras em Títulos Públicos Federais no valor de R\$ 9.770.221,22, correspondente a 42% e carteira ativa de operações de crédito com um montante de R\$ 7.950.054,60, equivalentes a 35% e 23% sendo de outros ativos.

O Patrimônio Líquido finalizou com o saldo de R\$ 22.500.253,09, distribuídos em R\$ 26.823.127,62 de Capital Social subscrito, R\$ 26.788.847,14 Capital Social integralizado, R\$ 152.803,92 de Reserva Legal e R\$ 4.441.397,97 de prejuízo acumulado. Já o passivo circulante somou R\$ 529.515,52, sendo que 2% corresponderam às obrigações por empréstimos e repasses ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que totalizam R\$ 11.702,76 e R\$ 517.812,76 são outras obrigações, tais como: funcionários; impostos e fornecedores.

#### **5. GESTÃO ORGANIZACIONAL**

##### **5.1 Gestão de Riscos e Controles Internos**

O modelo de controle interno adotado pela Agência utiliza a metodologia de CONTROL SELF ASSESSMENT – CSA, ou seja, Auto-Avaliação de Controles, a arquitetura é elaborada pelo

COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREATWAY COMMISSION – COSO, dos quais contemplam a identificação, mensuração e tratamento dos riscos das atividades.

A gestão do Risco de Mercado tem como missão identificar, avaliar e mitigar a exposição e seus impactos decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição. A Agência de Fomento adota o cálculo do Value at Risk – VAR paramétrico como a metodologia utilizada para gerenciamento de risco de mercado, em condições normais, aplicando-o a todas as operações sensíveis às variações nas taxas de juros pré-fixadas. Dentro de um horizonte de tempo com um intervalo de confiança, a Instituição mantém o seu cálculo do VAR com uma confiabilidade de 99% para um intervalo de 10 dias.

## 5.2 Ouvidoria

A Ouvidoria tem como objetivo aprimorar o atendimento ao cliente, bem como os processos e serviços, agregando valor à imagem da Instituição e, principalmente, reduzindo litígios. No primeiro semestre de 2017, foram recebidos (04)quatro contatos telefônicos pelo DDG 0800, os quais foram encaminhados para o atendimento habitual, não sendo considerados como registro de demandas de Ouvidoria.

## 6. AUDITORIA INTERNA

As atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna, neste primeiro semestre, tiveram suas ações pautadas no cumprimento da legislação, orientando na elaboração dos processos e quando solicitada, pelos colaboradores setoriais, na correta aplicação das normas e legislação vigente.

No período, foram elaboradas NOTAS DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA, informando e orientando quanto à responsabilização e necessidade da nomeação do fiscal de contrato, assim como, orientações quanto à normatização da classificação das despesas de materiais de consumo e despesas com aquisição de bens de capital. Nesse sentido, a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 8.666/93), no seu art. 67, exige que a execução do contrato deva ser acompanhada e principalmente fiscalizada por um agente da Administração, *ou seja, a designação de um fiscal é obrigatória.*

Quanto à classificação da despesa, orientamos que, no momento da aquisição de certos bens e ou materiais de consumo, deve ser seguido o que determina a Portaria STN/SOF nº 163/2001, que normatiza a classificação das despesas, nas entidades públicas, autarquias, fundações e sociedades anônimas.

A Auditoria Interna também fez o acompanhamento das sessões dos processos de licitações do período, analisando os contratos de prestação de serviços vigentes, os processos concessão de crédito e financiamento, processos de aquisições de materiais, bens e serviços entre outras atividades.

### 6.1 Regulamentação do Estatuto Jurídico.

Em 30 de junho de 2016 entrou em vigor no âmbito das estatais, a Lei 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A nova lei está sendo chamada de “Lei da Responsabilidade das Estatais” ou simplesmente de “Lei das Estatais”, veio disciplinar a exploração direta de atividade econômica pelo Estado, por intermédio de suas empresas públicas e sociedades de economia mista, conforme previsto no art. 173 da Constituição Federal. No entanto, para que as entidades abrangidas pela referida lei possam imperar das suas prerrogativas, deverão deliberar a sua regulamentação e adequação no âmbito de cada estatal, conforme evidencia art. 91. A empresa pública e a sociedade de economia mista constituídas anteriormente à vigência desta Lei deverão no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, promover as adaptações necessárias à adequação ao disposto nesta Lei.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As ações desenvolvidas pela Instituição nesse Primeiro Semestre e registradas no presente Relatório de Administração, demonstram a busca por uma convergência entre o papel estratégico definido e as ações empreendidas no período. Cabe, ainda, o destaque da execução dessas ações de forma associada às demais instituições do Estado, buscando a unidade governamental, a implementação de prioridades e uma atuação direcionada a diversas regiões e setores do território tocantinense. Desta forma, a Instituição segue em direção ao alcance de sua sustentabilidade, alinhada com sua missão e buscando legitimar-se cada vez mais como indutora e articuladora para o desenvolvimento do Estado do Tocantins.

## **8. RECONHECIMENTOS**

A Diretoria Executiva agradece o apoio, a confiança e a colaboração do Governo do Estado e dos demais Acionistas, bem como do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, que foram fundamentais para o andamento das atividades. Finalmente, agradece também aos funcionários que de forma consciente, abraçaram o desafio de realizar a missão da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A.

Palmas - TO, 07 de agosto de 2017.

**JOSÉ DOS SANTOS FREIRE JÚNIOR**

Diretor-Presidente

**MAURILIO RICARDO ARAÚJO DE LIMA**

Diretor Operacional e Diretor Administrativo-  
Financeiro em Exercício